

INCENTIVOS FISCAIS

Setor mobilizado contra PL 214

Texto teve votação adiada, mas preocupa setores de carnes e leite por limitar créditos presumidos

Pode ficar para 2017 a apreciação do PL 214/2015, que contingencia benefícios concedidos por meio de créditos fiscais presumidos de ICMS, que integra as medidas do ajuste fiscal encaminhado pelo governo do Estado à Assembleia Legislativa. Apesar de ter entrado na pauta do dia ontem, o que provocou a mobilização do setor agropecuário, um acordo entre os deputados deslocou a matéria para o fim da pauta. As atividades econômicas que recebem os incentivos fiscais alegam que perderão competitividade em relação aos demais estados se o projeto for aprovado, estabelecendo redução de até 30% nos créditos fiscais presumidos. A Secretaria da Fazenda diz que estudará caso a caso ao fazer a revisão.

Em 2015, as desonerações fiscais do ICMS por créditos presumidos alcançaram R\$ 2,5 bilhões, segundo a Fazenda. Se o projeto for aprovado na AL, o governo estima o aumento de R\$ 300 milhões na arrecadação ao ano, entre 2016 a 2018. O diretor-executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Suínos (Sips), Rogério Kerber, defende que o Estado faça os ajustes necessários levando em conta as características de cada setor. “A suinocultura entende que não tem possibilidade nenhuma de sofrer cortes de créditos presumidos porque já está fragilizada na questão da isonomia perante os outros estados, especialmente o Paraná, que vem registrando crescimento na produção em cima dos incentivos concedidos pelo governo”, diz.

O diretor-executivo da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), José Eduardo dos Santos, também alega que a redução dos incentivos fiscais impacta na competitividade. “Há cinco anos, 50% da carne avícola vinha de outros estados para abastecer o nosso. Depois, conquistamos um equilíbrio, mantendo certa isonomia, e tivemos condições até de atender o mercado externo. Os créditos presumidos não são benefícios, são mecanismos para competirmos e para gerarmos empregos”, defende. O mesmo entendimento tem o secretário-executivo do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindilat), Darlan Palharini. Para ele, a indústria de queijo é um exemplo de quem utilizou bem a desoneração. “Há

dois anos, quando não havia esse incentivo, era normal as gôndolas dos mercados estarem cheias de queijos de Santa Catarina e Paraná. Hoje em dia, temos queijos nossos preenchendo as gôndolas”, cita. Palharini acrescenta que, ao conceder benefício fiscal, o Estado preserva empregos no campo. “O custo social é muito alto. É muito mais barato o governo dar incentivo fiscal do que ter que arcar com desempregos e com o êxodo rural”, enfatiza.

O presidente da Associação das Pequenas Indústrias de Laticínios do Rio Grande do Sul (Apil), Wladimir Dall’Bosco, lembrou que, nas últimas três semanas, diversos setores se reuniram com secretários estaduais. Ele acredita que o Estado levará em conta o impacto econômico.

EXTENSÃO RURAL

Emater amplia orçamento

O orçamento da Emater/RS para o ano de 2017 vai ficar em R\$ 270 milhões, R\$ 10 milhões a mais que os recursos destinados à instituição em 2016. O presidente do órgão, Clair Kuhn, explica que a verba será aplicada para o atendimento de 211 mil famílias no meio rural do Rio Grande do Sul, em 495 municípios onde o órgão está presente com ações de extensão rural, apoio ao cooperativismo e atividades de pesquisa. “Esses serviços, que chegam a atingir 700 mil pessoas. São prestados gratuitamente”, acentua Kuhn.

Desde 2015, a Emater vem passando por um processo de adequação e enxugamento de seus custos. Com a realização de três programas de demissões voluntárias, a instituição diminuiu a folha de pagamento em 300 funcionários, economizando R\$ 22 milhões, além de adequações de custeio que reduziram o orçamento em outros R\$ 21 milhões. “O ano de 2017 deve ser aquele em que a Emater vai recuperar o selo de filantropia. Estamos trabalhando desde 2014 para comprovar a relevância dos serviços que presta e amplitude de seu atendimento.”

FERNANDO DIAS / DIVULGAÇÃO / CP



Curso, que é gratuito, é ministrado no prédio do IPVDF, em Eldorado do Sul

FEPAGRO

Pós-graduação tem futuro indefinido

A extinção da Fepagro, aprovada na quarta-feira pela Assembleia Legislativa, provocou apreensão entre os 34 mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Saúde Animal vinculado à fundação. O coordenador do programa, José Reck, explica que, a princípio, o programa se extinguiria junto com o órgão. Porém, o Ministério da Educação (MEC) teria se mostrado favorável à migração do curso para outro órgão da administração estadual. “O ministério considera a possibilidade de um período de transição para que o curso siga funcionando ligado a um órgão direto como a Secretaria da Agricultura”, observa.

Reck esclarece que o programa de pós-graduação, que estava em andamento na Fepagro desde 2014, e que titulóu no meio de 2016 seus primeiros 13 mestres, não representa nenhum gasto para o governo do Estado e é opera-

cionalizado com recursos de órgãos de pesquisa como CNPQ e Capes. O curso é gratuito e ministrado nas dependências do Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPDV), em Eldorado do Sul. “Nós aguardamos o posicionamento do governo sobre o assunto o mais breve possível. Se não houver entendimento por parte do governo para o prosseguimento, teremos de desligar esses alunos e talvez até devolver recursos empenhados para o funcionamento do programa”, destaca o professor, que afirma estar tentando um encontro com o secretário de Agricultura, Ernani Polo, para tratar da questão.

O secretário, por sua vez, afirma que até o momento não há qualquer decisão do governo a respeito do futuro do curso. “O assunto vai ser analisado dentro do processo de transição da Fepagro para dentro da secretaria”, resumiu Polo.

MARFRIG

Sindicato estuda ação

O sindicato que representa os trabalhadores do frigorífico da Marfrig, em Alegrete, avisou ontem que estuda ingressar com uma ação civil pública na Justiça para tentar suspender a demissão de 648 funcionários. A partir de 2 de janeiro começa a contar o aviso prévio dos trabalhadores, por conta do fechamento da planta anunciado no último dia 15. Ontem, em uma reunião com representante da empresa, no Ministério do Trabalho, em Porto Alegre, não houve acordo entre as partes.

O argumento para o possível ingresso na Justiça, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Alegrete, Marcos Rosse, é que a Marfrig avisou que não abrirá mão da plan-

ta. “Além de fechar o frigorífico, ela não quer possibilitar que outro empreendedor alugue essa planta”, diz Rosse, ao informar que já há dois interessados na locação da unidade.

O diretor-executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, Darci Rocha, criticou a postura da empresa. “Não houve espaço para negociação. Eles também alegaram situações para o fechamento que não se sustentam”, diz. A reunião contou ainda com representante do Ministério Público e da Casa Civil. Os funcionários da Marfrig estão em férias coletivas desde início de dezembro. A empresa, em nota, reiterou que o encerramento das atividades se dá pela baixa oferta de gado na região.

TRIGO

Produtividade em alta no RS

A última pesquisa da safra de trigo de 2016 realizada pela Emater/RS em 255 municípios que cultivam o cereal no Estado aponta que a produtividade média nas lavouras gaúchas chegou a 3.131 quilos por hectare. Neste ano, foram plantados no Rio Grande do Sul 766.864 hectares da cultura, o que levará a produção total de 2,4 milhões de toneladas.

Comparados com a safra passada, esses números representam uma elevação de 96,7% na produtividade e de 72,6% na produção, quando o Estado alcançou 1.592 kg/ha de produtividade e 1,3 milhão de toneladas de produção, mesmo com uma redução de área de 13,1%.

COTAÇÕES*

SOJA GRÃO – BOLSA DE CHICAGO
US\$ BUSHEL

22/dez/16	Varição	Fechamento
Jan/17	-0,12%	9,94½
Mar/17	-0,13%	10,04
Mai/17	-0,13%	10,13½
Jul/17	-0,12%	10,20¼
Ago/17	-0,12%	10,17¾
Set/17	-0,10%	10,01½
Nov/17	-0,10%	9,87½

BOVINO GORDO EM PÉ/KG

Semana de 19/Dez/2016 a 23/Dez/2016

	Boi	Vaca
Mínimo	R\$ 4,50	R\$ 4,10
Médio (*)	R\$ 5,00	R\$ 4,50
Máximo	R\$ 5,30	R\$ 5,00

(*) Média ponderada obtida entre as praças consultadas
Fonte: Emater



Uma empresa do Grupo Herval

A HS CONSÓRCIOS DESEJA A TODOS SEUS
CLIENTES E AMIGOS UM NATAL ILUMINADO E
UM ANO NOVO REPLETO DE REALIZAÇÕES.



BOAS FESTAS!

hsconsorcios.com.br

0800 644 9007